

AS FÁBULAS E A NOÇÃO DE PODER: UM ESTUDO DISCURSIVO DO GÊNERO FABULAR CLÁSSICO.

Pedro Antonio Gomes de MELO¹

Resumo: Este artigo tem a finalidade de refletir sobre a noção de poder presente em textos fabulares de *Phaedrus* a partir de uma leitura discursiva em três fábulas clássicas escritas pelo referido Autor, fundamentada pela teoria da Análise de Discurso de escola francesa filiada a Michael Pêcheux, objetivando demonstrar, com base em materialidades linguísticas, de que forma o discurso fabular é interpelado ideologicamente e qual a relação interdiscursiva que marca o funcionamento do dizer nas fábulas analisadas.

Palavras-chaves: Fábulas, análise de discurso, poder.

Consideração iniciais

Neste artigo, procuramos perscrutar a materialização da noção de poder em três fábulas clássicas escrita por *Gaius Julius Phaedrus – Augusti libertus* – na perspectiva da Análise de Discurso Pecheutiana.

Phaedrus foi um escravo trácio em Roma e tornou-se liberto na família de Augusto, autor de uma coleção de fábulas. Seus textos fabulares se baseiam nos textos do fabulista grego Esopo e em anedotas sobre animais, foram escritas em versos iâmbicos senários e seus objetivos, basicamente, eram aconselhar e entreter. Em geral, são narrativas de extensão curta e alegórica, apresentam modelo de conduta ético-moral tomando como base o cotidiano social, fazendo referência a uma situação humana e tendo por objetivo educar e transmitir uma moralidade.

A lição ético-moral que se explicita na conclusão das fábulas corresponde à formação ideológica que motiva as formações discursivas. Grosso modo, revela uma preocupação com a manutenção da ordem estabelecida ao apresentar um modelo maniqueísta. Em outras palavras, a lição moral apresentada é o centro da transmissão dos valores ideológicos sociais, propondo uma representação em que o “certo” deve ser copiado e o “errado”, rejeitado.

¹ Mestre em Linguística (Petrus2007@ibest.com.br)

No entanto, a partir de uma leitura discursiva em fábulas, percebemos que a noção de justiça, do bem ou do mal presente em textos fabulares é no mínimo questionável, no sentido de estabelecimento de um modelo ético-moral do certo ou do errado. Como diz Foucault (2010, p. 9), “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. E, ainda, que o exercício do poder não está necessariamente ancorado na ideia de justiça ou amparado pela ética-moral, mas, sim, pela noção de força e/ou repressão, no qual o mais forte prevalece em relação ao mais fraco.

Pensando assim, este trabalho suscita uma reflexão sobre de que forma o poder aparece no discurso fabular clássico de *Phaedrus*, especificamente nas três fábulas analisadas, ou seja, como essa questão se textualiza em fábulas phaedrianas enquanto objeto simbólico produzindo efeitos sentidos e como eles estão investidos de significância para os sujeitos e pelos sujeitos.

A Análise de Discurso: em busca de uma perspectiva teórica não-subjetiva.

Antes de apresentarmos as análises discursivas dos três textos fabulares estudados, convém discorrermos sobre alguns pontos relevantes da corrente teórica da Análise de Discurso Pecheutiana, doravante AD, para uma melhor compreensão das reflexões aqui apresentadas.

A AD de escola francesa consiste numa abordagem na qual “a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela envolvidos” (BRAIT; MELO, 2005, p. 65). Portanto, não se limita a um estudo puramente imanente da linguagem.

Na atualidade, os estudos sobre linguagem numa perspectiva discursiva estão bastante difundidos. Segundo Orlandi (1996, p. 53), “a especificidade da Análise de Discurso está em que o objeto, a propósito do qual ela produz seu resultado, não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-linguístico no qual o linguístico intervém como pressuposto”. Em outras palavras, um campo teórico que possibilita identificarmos não o que se quer dizer, mas, sim, com base em materialidades, de que forma é interpelado ideologicamente e qual a relação interdiscursiva que marca o funcionamento do dizer, fundamentando a existência de uma teoria não-subjetiva.

AD surgiu na década de 60, definida inicialmente como o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado; considera em suas análises outros aspectos externos à língua, mas que fazem parte essencial de uma abordagem discursiva, a saber: os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos que cercam a produção de um discurso e nele se refletem; o espaço que esse discurso ocupa em relação a outros discursos produzidos e que circulam na comunidade. O discurso manifesta-se linguisticamente por meio de textos.

De acordo com Malidier (1997, p. 24):

A irrupção da AD na virada da década de 60 foi simultaneamente um acontecimento na história das práticas da linguística e na história dos questionamentos dos marxistas sobre a linguagem. Ela propôs aos linguistas um modo de abordar a relação entre língua e história; fez os marxistas saírem do discurso da filosofia marxista da linguagem.

No Brasil, há várias tendências de AD, a exemplo da Análise da Conversação, da Análise de Discurso Crítica (ADC), de vertente anglo-saxã – balizada pelas contribuições do britânico Norman Fairclough. No entanto, a AD mais difundida no território brasileiro, ainda é a de linha francesa, filiada a Michael Pêcheux, e que, inclusive, foi a primeira a ser introduzida no país, em fins da década de 1970.

A noção de formação discursiva (FD) é utilizada pela AD para designar o lugar onde se articulam discurso e ideologia. Podemos dizer, então, que uma FD é governada por uma formação ideológica (FI).

Um texto, inclusive os fabulares, reúne diversas FDs, em que o sujeito pode se apresentar em vários papéis, segundo a posição que ocupa. O discurso é significativo; quando interpretado, esclarece o significado e as relações com outros conjuntos de enunciados e articulações com instituições e esferas do social. Explicitar o conteúdo e o sentido de um texto facilita a recuperação da informação e a compreensão da conjuntura.

O texto fabular – enquanto composições imaginárias - mobiliza na linguagem a relação interdiscursiva na qual está materializada, nessas condições, uma confluência de forças ideológicas. Assim, num primeiro momento, os discursos voltados ao gênero fabular passam a (re)significar nessa arena dialógica. Lembrando que a linguagem apresenta um dialogismo inerente na concepção Bakhtiniana (Cf. BAKHTIN, 2009), os diversos saberes e dizeres que se materializam por meio da linguagem.

Conforme Althusser (2003), as estruturas sociais, convém ressaltarmos, são governadas por ideologias, que se manifestam nos aparelhos repressores do Estado (ARE) ou nos aparelhos ideológicos do Estado (AIE). As ideologias determinam as FDs. Uma FD é marcada por regularidades, ou seja, por regras de formação, tidas como mecanismos de controle do que pertence e do que não pertence a uma FD. Portanto, não é um espaço fechado, é sempre invadida por elementos que vêm de outro lugar, de outras FDs.

Dessa forma, a linguagem deve ser analisada não apenas em relação ao seu aspecto gramatical, exigindo de seus usuários um saber linguístico, mas também em relação aos aspectos social-histórico e ideológico que se manifestam por meio de um saber sócio-ideológico. Logo, o estudo das fábulas deve ultrapassar o plano do conteúdo.

A linguagem é constitutivamente heterogênea, incompleta, não-transparente e a palavra é por definição polissêmica, plurissignificativa, podendo abrigar vários sentidos e conotar esquemas semanticamente opostos. Empregada por grupos diferentes, ela muda de sentido, conforme seja utilizada por um ou por outro grupo. Nenhum texto é monológico, ao contrário, a dialogia está presente e caracteriza qualquer discurso.

Em outros termos, Pêcheux explica-nos que:

As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência as formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (1988, p. 160)

Partindo desse pressuposto, procuramos nas leituras das três fábulas clássicas o distanciamento de uma corrente idealista de enunciação, tradição dos trabalhos Benvenistianos, e nos apoiamos em Pêcheux que propõe introduzir o sujeito em um outro plano teórico: no de uma teoria não-subjetiva, um sujeito não-pragmático. Conforme Maingueneau (1993, p. 30), “o sujeito que comunica sempre poderá, com certa razão, atribuir ao outro uma competência de linguagem análoga a sua que o habita ao reconhecimento.” Assim sendo, a visão empirista subjetiva se constitui como um dos obstáculos a serem transpostos neste estudo, bem como a ilusão formalista da enunciação.

A dificuldade atual das teorias da enunciação reside no fato de que essas teorias refletem na maioria das vezes a ilusão necessária construtora do sujeito, isto é, que elas se

contentam em reproduzir no nível teórico essa ilusão do sujeito, por meio da ideia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões etc. (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 175).

Com o deslocamento da ideia de sujeito físico, empírico, real para o do discurso da AD, temos a possibilidade de identificarmos não o que se quer dizer, mas, sim, com base em materialidades, de que forma é interpelado ideologicamente e qual a relação interdiscursiva que marca o funcionamento do dizer, fundamentando a existência de uma teoria não-subjetiva.

Aspectos linguístico-discursivos do texto fabular: as fábulas clássicas phaedrianas

Geralmente, atribuímos a *genesis* das fábulas aos povos orientais que se utilizavam de narrativas moralizantes para difundir princípios religiosos, principalmente do budismo. Embora os personagens não fossem animais, os preceitos eram uma constante, o que caracterizava o referido gênero.

Nessa fase, era dada à moralidade maior realce em relação à narrativa. Essa valorização moral chegou à Idade Média, quando os copistas, transcrevendo textos fabulares, escreviam a moral com tinta vermelha, destacando-a das narrativas, escritas em cor preta.

O grego Esopo é considerado o primeiro fabulista ocidental por ter sido a primeira grande expressão do gênero no ocidente. Nasceu na Grécia no século VI a.C. Vendido como escravo várias vezes, foi liberto pelo seu senhor, o filósofo Xanto, por ter mostrado uma capacidade memorável de persuadir os outros se valendo, na maior parte das vezes, de histórias com animais agindo e comportando-se como homens.

Todavia, o gênero fabular veio a ser fixado na literatura com *Phaedrus*, em Roma, no século I d.C.. Assim como Esopo, também foi escravo. Muito jovem, foi levado a Roma para servir a Augusto, que o libertou e lhe deu educação para que progredisse nas letras, um talento que já demonstrava. Daí o termo antonomástico latino *augusti libertus*. Ele não só introduziu na literatura latina as fábulas de Esopo, como também as enriqueceu ao escrevê-las em versos e ao adaptá-las.

A produção original de *Gaius Iulius Phaedrus – Augusti libertus*, é composta de uma coletânea de cinco livros, contendo 93 fábulas, 5 prólogos e 3 epílogos. Esse material está conservado no código de século IX, em Paris. Existem cerca de 30 outras fábulas contidas

num manuscrito napolitano, sendo que uma cópia deste documento está na biblioteca do Vaticano. Esses textos fabulistas denominam-se *Perottinae* por causa de Nicolau Perotti, humanista do séc. XV que coletou aquelas fábulas. Há ainda uma antologia de fábulas conhecidas como Paráfrases Medievais, produto de autores diversos, no período da Idade Média.

O texto fabular consiste numa produção constantemente revisitada em narrativas parafrásicas e parodísticas e utilizada na contemporaneidade pelas diversas mídias, como elemento de composição de novas produções, sob a forma de alusão, citação ou até mesmo recriação.

É importante observarmos que, ao serem retomadas, as fábulas acabam se renovando, demonstrando que esse tipo de produção, ainda que recorra ao uso de animais, enfatiza mesmo é a mensagem, falando ao homem e sobre o homem. Não se trata de textos de leituras simplistas. No entanto, equivocadamente a tradição pedagógica atribui, quase que exclusivamente, à relevância das fábulas à literatura infantil, não levando em consideração a relação de posição histórica e socialmente determinada em que o simbólico (linguístico) e o imaginário (ideológico) se juntam constituindo as condições de produção de significação desse discurso. É um processo dialógico, no qual cada leitor recria e reinterpreta o que o autor produziu.

A presença das fábulas nas diferentes mídias revela que essas narrativas fazem parte do imaginário cultural e, por outro lado, a sua revisitação colabora para sua permanência. Todavia, o elemento enfatizado, na modernidade, costuma ser a narrativa. A lição ético-moral (significação alegórica), ainda que presente no texto, geralmente é identificada nas entrelinhas, de maneira implícita. Já nos textos fabulares clássicos a parte filosófica era essencial. Para atingirem de modo mais direto o alvo moral, desprezavam a ação para dar mais realce à moralidade.

Assim, a evolução da fábula pode ser pontuada na inversão do papel desses dois elementos: quanto mais se avança na história, mais se vê decrescer o tom sentencioso, em proveito da ação. A presença da moral, no entanto, nunca desapareceu de todo do discurso fabular.

Como todo texto retoma outros textos, compreendendo o texto como “unidades complexas, que se constituem um todo que resulta de uma articulação de natureza linguístico-

histórica” (ORLANDI, 2003, p. 70), entende-se que o texto é um objeto linguístico-histórico, considerando-se a materialidade significante como historicamente produzida.

A leitura de uma fábula retoma o seu discurso e revela os valores que permanecem e os que se modificam, de acordo com as coerções sociais e o subjetivismo do enunciador, atualizados no texto. Ela pode revelar a ideologia que governa as estruturas sociais (ARE e AIE). Por conseguinte, é interessante que se observe a fábula enquanto discurso, articulando às (re)leituras a noção de interdiscursividade, formação ideológica, formação discursiva, paráfrase e polissemia, pois os discursos são retomados e materializados.

Entende-se discurso como algo que ultrapassa o nível puramente linguístico e, nele, é importante levarmos em consideração sobretudo os interlocutores (com suas crenças, valores) e a situação (lugar e tempo geográfico, histórico) em que é produzido (Cf. MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004).

Na relação entre o linguístico e o simbólico, “toda leitura tem sua história, para um mesmo texto, leituras possíveis em certas épocas não o foram em outras, e leituras que não são possíveis hoje serão no futuro” (ORLANDI, 1999, p. 41). E, ainda, uma mesma e única obra pode dar lugar, concomitantemente, a vários e diferentes discursos. Logo, em uma mesma fábula podem aparecer diferentes ideologias que caracterizam a polifonia no texto, “além das diferentes visões de mundo apresentadas pelas personagens, o narrador pode ou não tomar partido por uma das ideologias reveladas na obra” (FIORIN, 1988, p. 50).

A noção de poder materializada em três fábulas clássicas escritas por *Augusti libertus*.

Nas análises aqui apresentadas, adotamos o dispositivo teórico da AD, objetivando mediar o movimento de descrição e de interpretação dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos no discurso fabular clássico, procurando compreender as relações de poder e as propriedades internas do processo discursivo. Para tanto, partimos de dois princípios teórico-metodológicos elementares em AD: 1) o de que todo discurso deve, sempre, ser remetido às condições de sua produção (Pêcheux, 1997); e 2) o de que todo texto – compreendido, em AD, como materialidade do discurso – estabelece, inevitavelmente, relações com a sua exterioridade constitutiva (INDURSKY, 2001).

As fábulas analisadas serão: texto 01 - *O lobo e o cordeiro*; texto 02 - *A ovelha, o cão e o lobo* e texto 03 - *A novilha, a cabrinha, a ovelha e o leão*, nas versões escrita por *Phaedrus – Augusti libertus* - em *fabulae* e traduzidas por Feracine (2008).

Texto 01: O LOBO E O CORDEIRO

“Ao mesmo rio vieram, compelidos pela sede, o lobo e o cordeiro.

O lobo estava mais acima e o cordeiro bem mais abaixo. Então o predador, incitado por sua goela maldosa, encontrou motivo de rixa: Estou a beber e tu poluis a água!

O lanoso, tímido, responde: como posso fazer isso de que te queixas, ó lobo? De ti para meus goles é que o líquido corre.

Repelido pela força da verdade, ele replicou: Cerca de seis meses atrás, falaste mal de mim.

O cordeiro retruca: Eu? Então eu se sequer era nascido...

- Por Hércules, teu pai é que me destratou!

Em seguida, dilacera a presa, dando-lhe morte injusta.”

(*Fabulae*, Phaedrus, 2008)

Moral: A fábula mostra que, ante a decisão dos que são maus, nem uma justa defesa tem força.

Texto 02: A OVELHA, O CÃO E O LOBO

“Como um cão falsário exigisse da ovelha pão que garantia ter-lhe emprestado, o lobo arrolado qual testemunha não só declarou que (ela) devia um (pão), mas assegurou (que eram) dez.

A ovelha, condenada por falso testemunho, pagou o que não devia.

Poucos dias após, a ovelha viu o lobo caído dentro de um fosso. Disse (ela): Esta (pena) é conferida pelos deuses qual prêmio da fraude”.

(*Fabulae*, Phaedrus, 2008)

Moral: A fábula mostra que, os mentirosos costumam arcar com as apenas de (seu) malefício.

Texto 03: A NOVILHA, A CABRINHA, A OVELHA E O LEÃO

“A vaca, a cabrinha e a ovelha, alvos constantes de agressões, fizeram uma sociedade com o leão na floresta. Como tivessem capturado um veado corpudo, após separarem as partes, assim falou o leão: Eu pego a primeira. Ela é minha porque me chamo rei. Vós entregais a segunda porque sou sócio. A terceira me cabe porque tenho mais força. Se alguém tocar na quarta, ser-lhe-á aplicada a pena. Assim o maldoso arrebatou, sozinho, a presa inteira.”

(*Fabulae*, Phaedrus, 2008)

Moral: A fábula mostra que a sociedade com o mais forte nunca é segura.²

Das leituras realizadas nos textos 01, 02 e 03, podemos afirmar que uma possível FD detectada nessas fábulas é didático-pedagógica, pois o enunciado tem como principais objetivos: ensinar, educar, transmitir uma moralidade usando significação alegórica com história de animais: *o lobo e o cordeiro*; *A ovelha, o cão e o lobo* e *A novilha, a cabrinha, a ovelha e o leão*.

O uso da força repressora no exercício do poder está presente de maneira fundamental e incontestada nas fábulas analisadas: os textos fabulares 01, 02 e 03 não buscam explicar as contradições e os absurdos dos predadores. Na verdade, as figuras o lobo e o leão não empregam a força injustificada por instinto animal, mas sim pelo fato óbvio de ter o poder e a decisão de usá-lo de acordo com seus objetivos práticos. Eles não têm autoridade, mas sim poder, sendo que este é compreendido como a faculdade de forçar ou coagir alguém a fazer sua vontade, por causa de sua força ou posição, já autoridade é vista como a habilidade de levar as pessoas a fazerem de boa vontade o que se quer por causa de influência pessoal.

Weber (1991, p.33) apresenta um clássico conceito de poder ao asseverar que: “poder significa toda probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Logo, percebemos que, nas fábulas analisadas, há materialização do poder e não de autoridade.

A posição ocupada pelo discurso predador dominante do leão e do lobo está inserida na FD que legitima e sustenta essa autoridade. Pode ser detectada se materializando no texto 01: - *Por Hércules, teu pai é que me destratou! Em seguida, dilacera a presa, dando-lhe morte injusta.*; no texto 02 - *não só declarou que (ele) devia (pão), mas assegurou (que eram) dez.*; e no texto 03 - *me chamo rei; Se alguém tocar na quarta, ser-lhe-á aplicada a pena.*

² No texto original de Phaedrus, lê-se: “Nunquam est fidelis cum potenti societas.” No Direito Romano, fazer sociedade com o mais forte denomina-se “*societate leonina*”.

Nas fábulas 01, 02, e 03, observamos que o lobo e o leão ocupam a posição de dominante, de opressor, a partir de um discurso no qual exercem o seu poder pela força, ao contrário, do cordeiro, da ovelha, da vaca e da cabrinha que ocupam a posição de dominados, oprimidos, servos passivos de um sistema social, ou seja, uma posição de submissão.

Em uma dada FD, o sujeito pode ocupar vários papéis segundo a posição preenchida, o lugar ocupado. O conceito de formação discursiva defendido por Foucault é esclarecedor para se entender que ele se refere ao que “pode e deve ser dito” - e que estar articulado a partir de “uma posição dada em uma conjuntura determinada” (FOUCAULT, 2002, p. 157). Já que o discurso está sempre atravessado pela subjetividade e não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem.

Na narrativa do texto 01, a argumentação do cordeiro, na tentativa de encontrar uma forma de combater o lobo, mesmo que frustrada, é uma forma de resistência. Se há relações de poder, há, conseqüentemente, a possibilidade de resistência, mesmo que mínima, já que, por mais que o cordeiro tente argumentar com o lobo para garantir sua sobrevivência, tudo é inútil, pois o lobo se mostra implacável ao atacar sua presa inofensiva, o cordeiro. Já nos textos 02 e 03, o leão e o lobo se mostram como sinônimos de arrogância e de prepotência, domínio da força repressora contra os demais; a posição do lobo (figura de mais feroz) e do leão (figura de rei) sustenta seu discurso de poder.

A argumentação de resistência no texto 01 – as absurdas acusações do predador e as defesas (precisas, lógicas e fundamentadas) da vítima -, é mero jogo de retórica, pois o agressor já tinha tomado a decisão de atacar, exterminar e tirar proveito do corpo da sua vítima. O mesmo ocorre nos textos 02 e 03, nos quais a ideia de poder é repressora e autoritária a ponto de não haver resistência explícita no discurso dos servos passivos do sistema social.

Sem inquietação não há questionamento; resistência ao exercício de um poder injusto, não legítimo, sem questionamento não se encontram alternativas, não se abre o leque de oportunidades. Nos textos 02 e 03, os oprimidos aceitam passivamente a decisão do repressor.

Nesses textos, o poder reside na demonstração do uso da força em detrimento da razão e da ética-moral. Essa percepção explícita e/ou implicitamente perpassada por uma argumentatividade está presente nas narrativas analisadas por meio de um discurso de sustentação do poder no qual o mais forte (repressor) prevalece sobre o mais fraco

(reprimido), engessado simbolicamente e estereotipado de uma circularidade discursiva que parece não encontrar saída.

Destacando um percurso gerativo do sentido nos textos 01, 02 e 03, podemos dizer que a estrutura fundamental consiste nas oposições semânticas força *versus* fraqueza, podendo ser interpretadas como opressão/submissão ou maldade/bondade, astúcia/ingenuidade, vício/virtude. Nas fábulas, essas categorias fundamentais são tidas como negativas ou disfóricas: força, opressão, maldade, astúcia, vício, etc. Ou positivas ou eufóricas: fraqueza, submissão, bondade, ingenuidade, virtude, etc. estabelecendo a relação de poder.

Nas fábulas analisadas, ainda, detectamos a relação entre o predador (o lobo e o leão) e a caça (o cordeiro, a vaca, a ovelha e a cabra), baseando-se na (re)leitura althusseriana de Marx, a partir da qual Althusser (2003) destaca os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que agem primeiramente pela ideologia e os Aparelhos Repressores de Estado (ARE), que funcionam por meio da violência.

A partir de analogia althusseriana, os dois Aparelhos de Estado (repressor e ideológico) funcionam pela violência e pela ideologia. O que os distingue e não permite que se confundam é o fato de que, no primeiro, há predominância da repressão, inclusive a física, enquanto, no segundo, tem-se primeiramente o funcionamento da ideologia, e de forma secundária a repressão, mesmo que de maneira simbólica. Por essa perspectiva, o texto 01 se assimila aos AREs, uma vez que o lobo exerce seu poder por meio da violência bruta e física, exterminando sua presa. Já os textos 02 e 03 se assimilam aos AIEs, uma vez que o leão e o lobo tentam convencer a vaca, a cabra e a ovelha a partir de sua posição ocupada na FD, a partir de seu lugar social: o leão (o rei, o leão é tido como autoridade da floresta) o lobo (o predador).

Considerações finais

Os aspectos abordados no presente artigo, envolvendo a ideia de poder no discurso fabular clássico, materializado em três fábulas de *Phaedrus – Augusti libertus*, permite-nos tecer algumas considerações finais.

Primeiramente, todas apresentam um caráter didático-pedagógico que mostra que o exercício do poder não está necessariamente ancorado na ideia de justiça ou resguardado pela ética-moral, mas amparado na força repressora imposta para sustentação do poder. Na

verdade, essas fábulas representam um espaço simbólico no qual os grupos sociais disputam posições de hegemonias.

O estudo da temática do poder por meio da análise de textos fabulares torna-se significativo, na medida em que esse gênero é proveniente da tradição oral e materializa um discurso recheado de sentido determinado sócio-histórico e ideologicamente.

Nas referidas fábulas, constatamos que a força de repressão presente no contexto sócio-histórico e que se encontra figurativizado pelas relações entre animais: texto 01 - O lobo e o cordeiro; texto 02 - A ovelha, o cão e o lobo e texto 03 - A novilha, a cabrinha, a ovelha e o leão, versões escrita por *Phaedrus – Augusti libertus*, sustenta e autoriza o discurso de poder exercido pelo dominante, impondo sua vontade numa relação de classe social.

Nas narrativas investigadas, podemos considerar como oposição sêmica de ordem temática maior a opressão do mais forte sobre o mais fraco como sustentação do poder, e de ordem temática menor, o domínio do predador (caçador) sobre a presa (caça). Esse discurso de poder se sustenta pela formação discursiva na qual está inserido. As relações existem entre o que é dito de uma determinada posição do sujeito, e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de entender a presença de não-ditos no interior do que é dito.

Nos textos estudados, a formação discursiva corresponde à respectiva formação ideológica e como a ideologia dominante é a da classe que detém o poder pela força, o discurso dominante também é o dessa classe, determinado por coerções ideológicas. No caso das fábulas analisadas, o poder está atrelado à força bruta (lobo e leão); realizando uma extensão da moral das fábulas poderíamos pensar: contra força bruta não há argumentos, ou seja, num provérbio popular: manda quem pode e obedece quem tem juízo.

O sistema social aparenta uma liberdade inexistente, uma liberdade que está apresentada na democracia, mas não nas páginas da história dos seres humanos.

As ideias que o sujeito tem à disposição temática de seu discurso são aquelas veiculadas na sociedade em que vive. Todavia, “não se exclui a possibilidade de o homem elaborar um discurso crítico, diferente, portanto, dos discursos dominantes. No entanto, esse discurso se constitui a partir dos conflitos e das contradições existentes na realidade” (FIORIN, 1988, p. 44).

Tal como na fábula, esse processo de sustentação do poder vem se repetindo na história da humanidade, que se fundamenta num enfoque crítico do uso da força de forma

indiscriminada, para a consecução de vontades dos interesses gerais do capitalismo globalizado.

Finalizando estas considerações, destacamos que a manipulação da palavra é sempre um flagrante exercício de poder. E ainda que as fábulas, como narrativas, trazem um discurso, uma possibilidade de (re)leitura que não precisa ser a única, necessariamente. Podemos, assim, evidenciarmos matizes desses textos, e constatar como as influências dos sujeitos ocasionam novas textualizações e discurso, pois a subjetividade é reveladora não só das coerções sociais, mas também da ideologia particular.

***Abstract:** This article aims to reflect on the notion of power present in the fables texts of Phaedrus from a discursive reading in three classic fable written by that author based the theory of Discourse Analysis of French school affiliated with Michael Pecheux, aiming to demonstrate based on linguistic material, how fable discourse is challenged ideologically and what the relationship interdiscursive marking the operation of the fables tell analyzed.*

***Keywords:** fables, discourse analysis, power.*

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 9. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRAIT, B.; MELO, R. Enunciado/enunciado concreto/enunciação em Bakhtin e seu Círculo. In: (org.) BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

FERACINE, Luiz. **Fedro: fábulas**. 2. ed. São Paulo : Escala, 2008.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo, Ática: 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo : Loyola, 2010.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 6 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (Orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001. p. 27-42.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 2. ed. Campinas : pontes, 1993.

_____.; CHARAUDEAU, P. **Dicionário de análise do discurso**. Trad. (Coord.) Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: E. Orlandi (org.), **Gesto de leitura**. Campinas : Unicamp, 1997, 119-44.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas : Pontes, 2003.

_____. **Discurso e leitura**. 4. ed. Campinas : Cortez, 1999.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis : Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas : UNICAMP, 1988.

_____.; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F & HAK T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradutores Bethania S. Mariani [et al.] 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.) **Max Weber**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 79-127.